



“EDUCAÇÃO, FEMINISMO E CONTRACULTURA: O PENSAMENTO DE BETTY FRIEDAN”

DE ARAÚJO, Jair Araújo e MONASTÉRIOS, Sylvia ¹

¹ Programa de Pós Graduação em Educação, Arte e Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

Jair Bueno de Araújo

Sylvia Monastérios

Artigo submetido em 11/04/2011

Aceito em 25/06/2011.

e-mail: arabujageo@yahoo.com.br

Resumo: Partindo de uma breve historiografia do movimento feminista na voz de Betty Friedan, este artigo procura construir uma análise interdisciplinar dos questionamentos do feminismo, como parte da contracultura dos anos 1960, e sua influência no contexto educativo da época.

Palavras chave: Betty Friedan; Feminismo; Contracultura.

Abstract: From a brief historiography of Betty Friedan's feminism, this article tries to built an interdisciplinary analysis of the main ideas of feminism, as an important part of 60's counterculture movement, as well as its influence on the educational context of that decade.

Keywords: Betty Friedan; Feminism; Counterculture

INTRODUÇÃO

Este artigo procura, através de uma análise interdisciplinar, desenvolver as ideias principais da teórica e militante norte-americana Betty Friedan. Como uma das articuladoras do movimento feminista da década de 1960, nascido no contexto da contracultura, aprofundou o debate do papel da mulher na sociedade que se anunciava no meio de grandes mudanças no âmbito educativo, político, moral e cultural.

Os questionamentos feministas que nasceram na época da contracultura, lutavam contra a ideia do lar como

único espaço de ação da mulher e o tratamento do gênero feminino como minoria. As discussões familiares, que até o momento sempre se mantiveram nos espaços privados, ganharam atenção pública e foram discutidas nos meios de comunicação e nos espaços políticos.

A individualidade, um dos valores mais defendidos pela contracultura, foi usado também como bandeira do feminismo, para proclamar a capacidade da mulher de criar seu lugar no mundo como uma entidade própria e diferente ao papel de esposa.

Teóricas como Heleieth Saffioti, no Brasil, Betty Friedan entre outras nos Estados Unidos, se uniram pela

linguagem transgressora da contracultura para construir um discurso com repercussões acadêmicas enquanto à discussão de igualdade de gêneros, mudando completamente o jeito de analisar o papel da mulher nas relações sociais.

É nesse sentido, aproveitando a cojuntura, que a mulher converte-se em objeto de estudo no contexto educativo e faz parte de uma luta de direitos que tem vigência até hoje e que estudaremos um pouco mais sua linguagem transgressora na atuação política de Betty Friedan. Portanto, desenvolveremos aqui três eixos temáticos: O feminismo da Betty Friedan, a contracultura como contexto histórico-cultural e o contexto educativo da escola e a universidade, onde a mulher da época começou a ocupar um espaço de ação cada vez maior.

1. O NASCIMENTO DA CONTRACULTURA NA DÉCADA DE 60

Os maiores movimentos culturais da história sempre aconteceram organicamente, como é o caso do nascimento da contracultura. Nos anos 60, começou a se formar um novo movimento social no mundo ocidental em todos os âmbitos do saber, com características revolucionárias, mas diferente a todas as manifestações da história da esquerda tradicional.

Por ter nascido entre os jovens da classe média, no seu início parecia efêmero e temporário, mas suas ideias são vigentes e discutidas até hoje. A contracultura, grande conjunto de manifestações contestatórias, mudou completamente formas de pensar e se relacionar enquanto valores e meios, questionando o *status quo* a partir do *underground*, com formas expressivas não convencionais.

Tem sua origem na década de 50, na chamada geração beat (universalizada pelo Jack Kerouac, Allen Ginsberg, William Bourroughs...) e o Rock and Roll. A geração beat, movimento literário, aproximou-se a temas obscenos e descrições explícitas, nunca antes usadas na literatura publicada nos Estados Unidos (os mais conhecidos são o poema *Howl* do Ginsberg e *The Naked Lunch* do Burroughs). Por outro lado, o Rock and Roll mudou a forma de fazer música como ferramenta de protesto, usando guitarras com distorção e letras provocadoras. Foi nesse contexto, influenciados pelos *novos revolucionários*, formadores de opinião, que os jovens da época cresceram com certa consciência das suas diferenças frente ao mundo adulto, sentindo a necessidade de mudar suas formas de pensar e fazer. Mas foi só na década de 60 que se articulou algo concreto, que com a atenção dos meios de comunicação floresceu um movimento de contestação social jovem, uma cultura alternativa.

Segundo Pereira (1992, p. 66):

O termo contracultura foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países... uma das características do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficial

lizada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente.

Em meados da década de 1960, em meio às revoltas da contracultura, surgiram, simultaneamente, vários movimentos sociais, tais como os dos negros norte-americanos, das minorias étnicas, dos ecologistas e dos homossexuais, o que demonstra que essa profusão de movimentos não implicaram em uma fusão dos mesmos, mas em um mosaico de reivindicações e lutas contra diferentes tipos de opressão aos direitos humanos. Assim, mesmo que cada movimento mantivesse sua autonomia e suas formas próprias de organização, eles se complementavam enquanto contestadores da ordem dominante.

A propósito desses movimentos, vale lembrar que a década de 1960 ficou conhecida como “Anos Rebeldes” justamente devido aos grandes movimentos pacifistas de protesto que ocorreram no mundo todo, visto milhares de pessoas terem saído às ruas de Paris, Londres e Nova York.

Foi, pois, a partir desses movimentos que a revolução sexual seguiu de forma avassaladora, culminando seu avanço em junho de 1960, quando a FDA (Food and Drug Administration), rigoroso órgão governamental dos Estados Unidos da América responsável pela regulamentação da comercialização de alimentos e medicamentos, liberou a pílula anticoncepcional, apesar dos violentos protestos de setores conservadores da Sociedade. Essa liberdade sexual representou um passo importante para a emancipação da mulher e para o feminismo.

Nessa época de mudanças culturais marcantes, o contexto educativo ainda conservava padrões tradicionais de 20 anos atrás. No caso da Inglaterra, existiam as chamadas *Grammar Schools*, cuja intenção era criar uma elite educacional democratizada na Inglaterra. Os alunos da *Grammar Schools* eram admitidos por meio de testes de aptidão e habilidades e eram ensinados a pensar e se comportar de maneira refinada, o que também permitia diminuir as diferenças entre classes sociais no novo contexto político e econômico inglês. (GOULD, 2009, p.58).

A lei acabara se provando favorável para as escolas particulares britânicas e as universidades, já que estimulava as famílias de classe média a ficarem mais do que dispostas a pagar pelo tipo de educação que proporcionaria a seus filhos as credenciais acadêmicas e sociais necessárias para carreiras que possibilitariam uma vida de classe média. (GOULD, 2009, p.59)

No caso dos Estados Unidos, segundo Pereira (1992, p.77), a estrutura demográfica, com maioria considerável de população com menos de 20 anos, favoreceu a formação de um questionamento existencial e acadêmico do jovem como peça importante da sociedade.

Nesse momento, os jovens do mundo inteiro, começam a subverter o sistema de valores conservador de sua época, pois aspiravam criar uma identidade que representasse as mudanças entre as relações de classe, de trabalho e de gênero procedentes das mudanças após o fim da Segun-

da Guerra, e da expansão dos valores empreendedores criados nos EUA e difundidos pelo mundo inteiro.

No contexto das primeiras décadas do pós-II guerra, os homens voltaram a ocupar os espaços de trabalho que outrora lhes pertenciam antes da guerra. As mulheres que neste período serviram como mão de obra para o mercado, se viam mais uma vez, a sujeição do sexo oposto. As que não voltaram para o trabalho doméstico sem prestígio e remuneração dos lares, foram absorvidas pelo mercado de trabalho na condição de inferiores e com salários menores.

Portanto, os homens dominavam o campo de trabalho e as mulheres tinham seu lugar no lar. A estrutura familiar, sob o poder do patriarca, parecia imutável até aquela época, sendo esta baseada em princípios religiosos, heterossexista e sexistas. A dominação masculina era irrevocável, o homem estava no controle do lar por ser o apoio econômico, e a mulher só podia ser o centro afetivo no espaço doméstico.

Na década de 60, a educação universitária, com uma grande expansão de cursos superiores no mundo todo, representa a única oportunidade da mulher crescer dentro do novo contexto, mas essa educação não representava um futuro crescimento profissional, pelo contrário, estava limitada aos espaços acadêmicos e burocráticos.

Essa expansão educativa nos Estados Unidos e na Europa não significava apenas uma oportunidade de se formar para o campo profissional, mas fornecia também ao jovem da época um espaço de discussão, de formação de critérios, de troca de ideias, que sem dúvida acabou sendo o lugar de nascimento de muitos dos pensamentos contraculturais, entre eles o feminismo. A universidade colocava homens e mulheres jovens dentro do mesmo espaço e com as mesmas condições, o que motivou às mulheres procurar ter essa igualdade em todos os espaços da vida cotidiana.

2. O SURGIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA NA VOZ DE BETTY FRIEDAN

É no contexto aqui desenvolvido e do filme citado, que a Betty Friedan, teórica norteamericana que estudou na Universidade de Berkeley, apoiando-se nas análises dos livros de Simone de Beauvoir, principalmente o livro *O Segundo Sexo*, que, em 1963, lança seu livro a *Mística Feminina*. Betty Friedan recolheu, nos Estados Unidos, uma série de depoimentos de mulheres de classe média que correspondiam ao ideal da “rainha do lar”. Tais depoimentos foram frutos de entrevistas que várias mulheres concederam à Betty, entrevistas estas que versavam sobre suas dificuldades com os filhos, com o casamento, com a casa e com a sociedade.

Segundo Friedan, os ecos do problema podiam ser ouvidos em todos os lugares, fossem estes públicos ou privado, não havendo distinção de classes sociais, idades ou princípios religiosos. *A priori*, tratava-se de uma questão própria das mulheres, posteriormente um problema para toda a sociedade.

Para ela, as revistas do pós II Guerra se especializavam em doutrinar as mulheres na arte de serem boas mães e esposas, assim canalizando suas insatisfações no seio da família e como rainha do lar burguês:

Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas... [...] a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir o marido de morrer jovem e aos filhos de se transformarem em delinquentes. (FRIEDAN, 1971, p.15)

Mas, afinal, como diria Friedan, que “mal que não tem nome é este”? Em sua intervenção política, ela resolveu chamá-lo de *mística feminina*, que é a causa maior de todos os problemas, devendo, portanto, ser encarado pela sociedade:

[...] O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos (FRIEDAN, 1971, p. 27).

Friedan defendia a inserção da mulher no mercado de trabalho e a divisão das tarefas domésticas para que a mulher, assim como o homem, pudesse encontrar-se e reconhecer-se como ser humano.

É possível fazermos uma intersecção de seu pensamento no que diz respeito à seguinte afirmação de Beauvoir (1949, p.13): “as mulheres nada tomaram dos homens; elas receberam isso porque não tem os meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo”.

Para Friedan, o fato de as mulheres se constituírem enquanto o *outro* do homem (dominador absoluto) apontava para a separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana e, por extensão, sobre o peso da cultura na determinação dos papéis sexuais e das condutas e comportamentos de homens e mulheres, o que já havia sido sinalizado pela antropóloga americana Margareth Mead e por Beauvoir.

Enfim, Friedan (1971, p. 291) afirma:

Enfrentar o problema não é resolvê-lo, mas enfrentando-o, como as mulheres de todo o país estão fazendo hoje, sem muita ajuda dos especialistas, perguntando a si mesmas (que farei?), começarão a descobrir por si mesmas as respostas. Tão logo se desfaçam das ilusões da mística feminina e compreendam que nem marido, nem filhos, nem os objetos domésticos, nem sexo, nem o fato de serem iguais a todas as outras

mulheres é capaz de dar-lhes uma personalidade, encontrarão, mais rápido que imaginavam, a solução do problema.

No entanto:

Neste início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada na época era “Mulher”. Esta, pensada em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal, ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica “o homem é curioso”. Aqui, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos (PEDRO, 2005, p. 80).

É na recusa desses comportamentos determinantes pela cultura, pautados na ordem biologizante entre homem e mulher, que feministas como Kate Millet, Juliet Mitchell, e neste momento no Brasil, Heleith Saffioti, entre outras, somam forças, oxigenando os debates para a construção de uma teoria feminista.

A princípio, no final da década de 1960, adentrando pelos anos 70 e 80, lutou-se contra um sistema que tinha nome e que se materializava enquanto poder: o sistema patriarcal, que prevalecia em todas as culturas e que penetrava religiões, leis, costumes de todas as civilizações.

O patriarcado pode ser entendido como um sistema de normas morais que se caracteriza por ser extremamente rígido, coercitivo, em que, para a mulher, sobra-lhe a submissão ao homem. A estrutura desse sistema priva a mulher de toda liberdade sexual e social, do desfrute do prazer, restringindo-a às funções de esposa obediente e submissa, e colocando-a em “seu” lugar e condição de fêmea subjugada.

Para romper com tal dominação, os grupos minoritários reivindicavam políticas afirmativas onde as escolas deveriam oferecer aulas que ensinassem sobre a história das mulheres, da mesma maneira com que os negros necessitam saber sobre a história deles, assim como os homossexuais.

O grito de união para o chamado à luta feminina era “Mulheres, unam-se a nós”, grito este propagado nas inúmeras manifestações do movimento feminista, espalhados pelo mundo, principalmente na América do Norte e na Europa.

Nos anos de 1970, o Movimento Feminista é majoritariamente estruturado por mulheres que desejavam ultrapassar a fronteira do espaço privado para conquistar seus direitos políticos no espaço público. O que as mulheres estavam fazendo naquele momento histórico era dizer, bem alto, o que elas já diziam bem baixo há muito tempo, sob o domínio do poder estruturante do patriarcado, almejando, quem sabe, ter a chance de todas e todos viverem em uma sociedade “pós-patriarcal” ou, no mínimo, resignificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe uma data específica do que seja feminismo: “este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 7). De acordo com a/os estudiosas (os) dos movimentos feministas, podemos afirmar que o mesmo enquanto movimento social foi vivido em “ondas”: como todo processo de transformação social, as “ondas feministas” encontraram contradições, avanços, medos, superações que, de acordo com as forças que as produziram e as produzem, polemizam problemáticas e questionamentos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

Não foi nossa preocupação nos aprofundarmos na história do feminismo, pois este não é o objetivo central de nossa pesquisa. Contudo, foi importante um breve discorrer, para entendermos, o próprio movimento feminista foi um articulador da própria contracultura, tomando-se influente enquanto teoria e ação.

É impossível estudar o feminismo sem considerá-lo dentro de seu caráter transgressor, pois as feministas se juntaram às inúmeras revoltas da década de 60 para reivindicar os direitos da mulher como unidade própria, com capacidades iguais as do homem e com a opção de se desenvolver educativamente e profissionalmente fora dos trabalhos do lar. O pensamento da Betty Friedan, um dos mais influentes da sua geração, reflete o conjunto de valores da contracultura, tais como a procura da individualidade e a confrontação ao *establishment*.

Por fim, é importante perceber o pensamento feminista na sua origem contracultural, pois foram as revoltas dos anos 60 nos espaços públicos da rua, da casa da universitário, que fizeram à mulher se questionar como unidade individual, capaz de crescer e se desenvolver profissionalmente fora do espaço do lar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BEAUVOIR. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOULD, Jonathan. *Can't buy me Love: os Beatles, a Grã Bretanha e os Estados Unidos*. Tradução: Candombá. São Paulo: Larouse do Brasil, 2009.

Revista Saber Acadêmico 12: junho/2011

De Araújo, J. B e Monastérios, S., 2011

PEREIRA, Carlos Alberto. *O que é contracultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

HORNBY, Nick, SCHERFIG, Lone: *An Education* [Filme-vídeo]. Inglaterra /Estados Unidos, 2009. 100min, color.

PEDRO, M. J. Revista Estudos Feministas, São Paulo, v24,n.1 p.77-98, 2005.